

JUSTIÇA & CIDADANIA

LIBERDADES
**ONZE MINISTROS DO STF NO
MESMO LIVRO**

HOMENAGEM
**A COMUNIDADE JURÍDICA
RECONHECE O TALENTO DO
MINISTRO SALOMÃO**



**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO TOMA POSSE COMO
CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA**

**“HÁ MUITO TRABALHO A
SER FEITO, COM DISCRIÇÃO
E EFICIÊNCIA”**

DA CREDIBILIDADE INFORMATIVA À DESINFORMAÇÃO: JORNALISMO, VIGILÂNCIA E COMBATE

ANA REGINA RÊGO

Jornalista

Professora da UFPI

Coordenadora da Rede Nacional de Combate à desinformação (RNCd Brasil)

O fenômeno da desinformação remonta aos primórdios de composição do campo jornalístico, que, como nos diz Bourdieu, nasceu do encontro entre o *news* e o *comments*, no raiar do jornalismo moderno, quando seus princípios éticos foram forjados, tendo a cientificidade e a veracidade como foco, o que deu origem a um *ethos* social diferenciado, cujos princípios direcionavam a prática jornalística para uma construção de uma determinada verdade social. Contudo, há que se ponderar, que desde suas raízes o jornalismo foi confrontado com seus limites nesse processo *asséptico* de construção de realidades, para alguns, ou de mediação, para outros. Mas não somente confrontado, o jornalismo foi explorado por zonas de poder que, cientes da potência do campo jornalístico frente ao ambiente social, trataram de utilizar suas páginas, antes impressas, para trazer não apenas versões de verdades, mas mentiras e manipulações diversas. O jornalismo praticado na Primeira Guerra, tanto na Inglaterra, na França e na Alemanha, quanto no Brasil, por exemplo, era recheado de peças com desinformação.

É possível pensar em uma consciência histórica que acione para o campo jornalístico uma suspeição que nasce junto com o próprio campo, assim como nasceu para o cientificismo. Nietzsche colocou a própria filosofia em suspeição, já em Heidegger as suspeitas vão da filosofia à história. A credibilidade forjada em um contexto de modernidade pujante e mercadológico através de métodos, técnicas e práticas de construção de versões de verdade foi desvelada e a suspeição do jornalismo foi absorvida pelos negacionistas e pelos mal-intencionados na política, na religião, no meio ambiente e na ciência.

O historiador Robert Proctor em seu livro "Agnotologia" nos fala dos mercadores da mentira (cientistas cooptados pela indústria do tabaco), que teriam criado um manual de como confrontar as verdades factuais e científicas e que, para tanto, somente seria necessário utilizar o mesmo princípio usado por Descartes em seu *cogito*, a saber: a dúvida – que movimenta as inquietações na ciência e que nos leva às investigações em busca de respostas. A dúvida deveria, portanto, ser plantada por meio de narrativas que con-



frontassem a história, a ciência e o jornalismo, e que pudessem alcançar o processo educacional, com versões de realidades paralelas.

Logo, a suspeição do jornalismo que já vinha de longe, encontra-se potencializada, assim como a dúvida levantada em todas as áreas que hoje atingem os diversos movimentos negacionistas, desde o *terra-planismo*, tema que incrivelmente tem a adesão de 11 milhões de brasileiros, ao movimento antivacina, que no Estados Unidos possui uma lucratividade anual de cerca de US\$ 36 milhões, computando somente o lucro dos 12 principais empresários do movimento, isto de acordo com pesquisa do *Center for Countering Digital Hate*. O negacionismo histórico em relação ao *Shoah*, o holocausto, e à ditadura civil-militar no Brasil, dentre outras temáticas, são alvos da cadeia produtiva da desinformação e que compõe o denominado fenômeno.

Dito isto, vale ponderar que diferentemente do passado ao qual nos referimos, a desinformação hoje não é tão simples e possui dimensões complexas, sem querer aqui minimizar as consequências da desinformação para cada sociedade em suas contextualidades e temporalidades.

“...e a suspeição do jornalismo foi absorvida pelos negacionistas e pelos mal-intencionados na política, na religião, no meio ambiente e na ciência”

Atualmente, as narrativas com desinformação possuem uma potência de fruição/circulação 70% maior do que uma informação, de acordo com uma pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que também revela que uma desinformação pode alcançar nas redes sociais cerca de 100 mil pessoas, enquanto que uma informação, sem impulsionamento, chega a alcançar somente mil pessoas.

Os constantes aprimoramentos no modelo de negócios das *big techs*, sobretudo nos últimos dez anos, têm possibilitado que tal potência para fruição se torne mais e mais lucrativa, tanto para a cadeia produtiva das informações falsas, quanto para as próprias plataformas. Embora aleguem não ser sua intenção, nem seu produto, e neguem que exista tal privilégio ao ambiente desinformativo, essas plataformas terminam se beneficiando com tal uso por parte dos usuários, visto que deste modo alimentam mais rapidamente seu principal capital que, segundo Shoshana Zuboff, professora na Harvard Business School, é o capital de predição, adquirido na vigilância do nosso comportamento imediato, que revela nosso comportamento futuro, motivo pelo

qual nossa atenção é mais e mais disputada e também vendida.

Nesse sentido, uma composição de modelos econômicos termina por conformar o atual modelo neocapitalista, que extrapola a exploração do já antigo novo petróleo, os dados, mas que alcança, para além da mineração de dados, a própria predição comportamental de cada usuário, que possui um *bios virtual* e se mantém conectado diuturnamente. Economia da atenção, que nos transforma em produtores intensivos, disputando a atenção de outros usuários, e em consumidores eternos, cuja atenção é cooptada e vendida, quando não escravizada pelo sistema. Economia da ação, executada pelas plataformas, com suas estratégias de atração para atenção, que nos transforma em marionetes do capitalismo neoliberal de plataformas.

Em outro viés, há que se pensar ainda que a desinformação extrapola a simples

fake news e se coloca como um produto híbrido, que mescla morfologicamente na composição das narrativas: fatos, mentiras, descontextualizações temporais e espaciais.

Há ainda uma outra dimensão a ser posta aqui, que alguns pesquisadores britânicos (Wardle e Derkashian) denominam de caos informativo conformado pela intencionalidade do autor da desinformação, a saber: *desinformation*, a desinformação intencional criada com o intuito de confundir, provocar dúvidas ou certezas, alavancar discurso de ódio, etc.; *misinformation*, que seria uma desinformação não intencional, mas que terminaria provocando mal entendidos no tecido social; e, por último, *mal-information*, que seria uma informação factual descontextualizada, de alguma forma, com a intenção de desinformar. Para nós, no entanto, a desinformação se conforma como um fenômeno social coletivo de grande pujança.

É preciso ainda chamar a atenção para a tensionalidade estabelecida entre os regimes de verdade, numa perspectiva *foucaultiana*, a partir do que já colocamos e que foi potencializada pelos *mercadores da mentira*, segundo Proctor, ou pelos *engenheiros do caos*, conforme Giuliano Da Empoli. Tensionalidade esta, em que a veracidade pautada na evidência entra em confronto com a verdade que tem como lastro a experiência, e que veio à tona com grande potência durante os dois primeiros anos da pandemia de covid-19. Tal disputa pela verdade termina atuando em favor de uma construção da ignorância, como nos reportamos em nosso último livro, ou ainda, em favor da manutenção da ignorância, conforme nos explicou Peter Burke em entrevista recente.

Para além de todas essas dimensões, temos que ter em mente que o combate à desinformação não pode ser somente uma tarefa do jornalismo. O alcance social do jornalismo de verificação/checagem é infinitamente menor do que o alcance da desinformação.

O combate à desinformação, a nosso ver, passa pela união da sociedade civil, que nas diversas áreas das ciências da vida e humanas está preocupada e agindo contra a desinformação. Foi assim que no Brasil criamos a Rede Nacional de Combate à desinformação (RNCd.org), que hoje conta com mais de 150 parceiros e engloba todas as regiões do País, unindo diversas áreas. Mas o combate à desinformação passa também pela regulação das plataformas, em negociação com a sociedade civil, visto que a autorregulação tem provocado muitos problemas e, embora resolva pontualmente algumas questões, como aquelas relativas a Trump e a Bolsonaro, não tem sido proativa no que concerne ao grosso da desinformação que circula no ambiente social. Passa, portanto, pela adoção de uma legislação que possa ser acionada rapidamente e que seja construída a partir de um debate com a sociedade civil e em sua defesa.

Em termos de legislação, no Brasil, temos no Congresso o Projeto de Lei nº 2630/2020, que ficou conhecido como PL das *fake news*, e que deve englobar a regulação das plataformas, mas que embora até o presente momento apresente avanços na defesa da sociedade no ambiente virtual, ainda possui pontos polêmicos, como o não combate aos conglomerados e não prever restrições nas obrigações e penalidades para agentes e instituições públicas.

Por fim, se por um lado temos um fenômeno complexo que atinge o jornalismo e a sociedade, vislumbramos que o seu combate também deve se dar de modo completo, abrangendo o maior número de projetos e visões. Um trabalho que, mais do que sinérgico, possa ser empático, no sentido de trabalho conjunto, no qual, reconhecendo as diferenças, as singularidades e a diversidade, possamos criar laços simbólicos e atuar em prol de um desejo comum, qual seja: um mundo livre de desinformação e de mentiras, que servem para manter a ignorância coletiva, levando populações a escolher o opressor em seu próprio detrimento.

Temos ciência de que é utópico, mas acreditamos na potência das utopias para mover o mundo e temos alguma esperança, considerando que o Digital News Report, do Instituto Reuters/ Universidade de Oxford, já apontava, em 2021, que 82% dos brasileiros estavam preocupados com a desinformação.

